

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.
Pirapora - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Daniel Fukumori'.

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.

Balancos patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.332	908	Fornecedores	13	7.454	53.720
Contas a receber	8	5.828	2.293	Obrigações fiscais		531	334
Impostos a recuperar	9	371	814	Imposto de renda e contribuição social	19	294	49
Imposto de renda e contribuição social		19	10	Obrigações sociais e trabalhistas		1	1
Despesas antecipadas	10	337	948	Passivo de arrendamento	11	13	6
Total do ativo circulante		9.887	4.973	Dividendos a pagar	20	434	-
Direito de uso	11	3.131	2.819	Outras contas a pagar	13	824	768
Imobilizado	12	482.143	477.736	Total do passivo circulante		9.551	54.878
Total do ativo não circulante		485.274	480.555	Provisão para desmobilização	14	9.771	8.992
				Passivo de arrendamento	11	3.214	2.813
				Contingências	22	123	-
				Total do passivo não circulante		13.108	11.805
				Patrimônio líquido	15		
				Capital social		471.110	422.169
				Reserva de lucros		1.392	-
				Prejuízos acumulados		-	(3.324)
				Total do patrimônio líquido		472.502	418.845
Total do ativo		495.161	485.528	Total do passivo e patrimônio líquido		495.161	485.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	16	28.715	2.330
Custos de operação	17	(22.214)	(5.853)
Lucro bruto		6.501	(3.523)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(41)	(145)
Outras (despesas) e receitas operacionais		(133)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		6.327	(3.668)
Receitas financeiras	18	301	2.187
Despesas financeiras	18	(487)	(169)
Resultado financeiro líquido		(186)	2.018
Resultado antes dos impostos		6.141	(1.650)
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(991)	(106)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		5.150	(1.756)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.

**Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	<u>5.150</u>	<u>(1.756)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>5.150</u></u>	<u><u>(1.756)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social subscrito	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	154.307	-	-	(1.568)	152.739
Subscrição e integralização de capital	267.862	-	-	-	267.862
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.756)	(1.756)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	422.169	-	-	(3.324)	418.845
Integralização de capital	48.941	-	-	-	48.941
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.150	5.150
Destinação para reserva legal	-	91	-	(91)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(434)	(434)
Destinação para reserva de retenção de lucros	-	-	1.301	(1.301)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	471.110	91	1.301	-	472.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>6.141</u>	<u>(1.650)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos de atividades operacionais:			
Depreciação	12	9.098	-
Amortização do custo de desmobilização	12	346	-
Depreciação do ativo de direito de uso	11	108	-
Juros incorridos sobre arrendamentos	11	378	-
Contingências	22	123	-
Atualização monetária da provisão de desmobilização	14	<u>779</u>	<u>-</u>
Resultado ajustado		<u>16.973</u>	<u>-</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(3.535)	(2.293)
Impostos a recuperar		443	(814)
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		(9)	(10)
Outras contas a receber		-	4
Despesas antecipadas		611	(948)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(53.720)	(21.369)
Obrigações fiscais		197	(212)
Outras contas a pagar		<u>56</u>	<u>728</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais		<u>(38.984)</u>	<u>(26.564)</u>
Pagamento de juros sobre arrendamentos	11	(378)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		<u>(746)</u>	<u>(64)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(40.108)</u>	<u>(26.628)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	12	<u>(6.397)</u>	<u>(249.037)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(6.397)</u>	<u>(249.037)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de arrendamento	11	(12)	-
Integralização de capital	15.a	<u>48.941</u>	<u>267.859</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>48.929</u>	<u>267.859</u>
(Redução) / Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>2.424</u>	<u>(7.806)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	908	8.714
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	<u>3.332</u>	<u>908</u>
		<u>2.424</u>	<u>(7.806)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A. “Companhia” é uma SPE, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Pirapora, S/N, Estado de Minas Gerais, na Altura do KM 3.25 da MG-496 Parte, área rural de Pirapora.

A Companhia foi constituída em 27 de agosto de 2018 e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob os CEGs nº UFV.RS.MG.037836-4 e UFV.RS.MG.037837-2.b

A Companhia recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 99 MW (que compreende os parques Lar do Sol 7 e Lar do Sol 8, sendo a 49,5 MW de potência para cada UFV) por 35 anos, que compreende ao período de 09 de abril de 2019 a 09 de março de 2054.

Em dezembro de 2022 a Companhia encerrou a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento dedicado ao contrato firmado bilateralmente com sua Controladora no ambiente de contratação livre com início desde sua operação comercial até 31 de dezembro de 2036.

Ao final do prazo de autorização a Companhia poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou capital circulante líquido positivo em 2023, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 336 (negativo em R\$49.905 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, a Companhia apresenta lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 4.809 (prejuízo de R\$ 1.756 em 31 de dezembro de 2022).

O capital circulante negativo em 2022 deve-se, principalmente, aos saldos de fornecedores (conforme nota explicativa nº 13) em função da construção da Usina Fotovoltaica (conforme nota explicativa nº 12). A Companhia reverteu o cenário negativo ao longo de 2023 mediante a entrada em operação do parque fotovoltaico.

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, o acionista realizará aportes de capital de modo a manter normalmente as atividades da Empresa e suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 08 de março de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

- Aplicações financeiras que são mensuradas ao valor justo.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos e resultados no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 12:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Análise de redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – nota explicativa nº 12:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2023;

- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota Explicativa nº14:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 21:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Presumido:

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A Companhia finalizou a construção do ativo imobilizado no início de 2023. A depreciação se iniciou a partir de janeiro de 2023.

O imobilizado em andamento registrado pela Companhia corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção da usina fotovoltaica. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

f. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 14.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado.

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Companhia mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas” de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros da Companhia encontram-se em construção e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 8,75% a.a.

j. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais a Companhia não espera impactos significativos.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020 visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia não participa de acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas.

d) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos à vista (a)	40	161
Aplicações financeiras (b)	3.292	747
Caixa e equivalente de caixa	3.332	908

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 94% (90% em 31 de dezembro de 2022), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber

	2023	2022
Contas a receber de clientes – Receita – ACL (a)	18	222
Contas a receber de partes relacionadas (b)	5.810	2.071
	5.828	2.293

- (a) Referem-se aos saldos provenientes da operação em teste da planta no momento da energização inicial da mesma. A energia gerada na operação de teste é fornecida à CCEE e será recebida parcelas mensais.
- (b) Referem-se aos saldos provenientes da operação de venda de energia para a controladora da Companhia.

A Companhia entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

9 Impostos a recuperar

	2023	2022
ICMS, PIS e COFINS a recuperar	371	814
Total	371	814

Refere-se a pagamentos de impostos a maior a ser recuperado

10 Despesas antecipadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Seguros antecipados	337	948
Total	337	948

Refere-se basicamente a saldos de seguros firmados para cobertura de danos e avarias no processo de construção dos parques fotovoltaicos.

11 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	<u>Valor líquido em 31/12/2022</u>	<u>Atualização</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	2.819	420	(108)	3.131
Total do ativo	2.819	420	(108)	3.131

	<u>Valor líquido em 31/12/2021</u>	<u>Reconhecimento inicial</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2022</u>
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	2.819	2.819
Total do ativo	-	2.819	2.819

O prazo de amortização de direito de uso é de 30 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo de arrendamento	<u>3.227</u>	<u>2.819</u>
Total	3.227	2.819
Circulante	13	6
Não circulante	3.214	2.813

12 Imobilizado

Conciliação do valor contábil:

Custo de aquisição:	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2023</u>
Imobilizado em andamento (a)	199.894	268.850	468.744	13.678	(482.422)	-
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e equipamentos	-	-	-	173	482.422	482.595
Custo para desmobilização de ativos	-	8.992	8.992	-	-	8.992
Total do custo	199.894	277.842	477.736	13.851	-	491.587
Depreciação acumulada	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2023</u>
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	(9.098)	-	(9.098)
Custo para desmobilização de ativos	-	-	-	(346)	-	(346)
Total da depreciação acumulada	-	-	-	(9.444)	-	(9.444)
Total	199.894	-	477.736	4.407	-	482.143

- a) As aquisições de serviços e materiais oriundos da construção da Usina Fotovoltaica estão sendo pagas pela Controladora Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda. e são aportadas como capital social na Companhia, conforme notas explicativas nº 15 e 20.

Em dezembro de 2022 a Companhia concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2023 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 5.e

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2023 não existem indicativos de perda do valor recuperável de seu imobilizado.

13 Fornecedores e outras contas a pagar

	2023	2022
Fornecedores		
Contratação de serviços (a)	4.844	20.042
Fornecedores partes relacionadas (b)	2.610	33.678
Total de fornecedores	7.454	53.720
Outras contas a pagar	2023	2022
Circulante	824	768
Não circulante	123	-
Total de outras contas a pagar (c)	947	768
Total de fornecedores e outras contas a pagar	8.401	54.488

- (a) Os saldos de serviços a pagar referem-se às contratações necessárias para o processo de construção do parque, como máquinas, equipamentos, construção civil e demais compromissos para construção do parque fotovoltaico.
- (b) Conforme nota explicativa nº 20.
- (c) Refere-se à provisão de serviços de auditoria no montante de R\$ 23, operações e manutenção no montante de R\$ 801 e outras contas a pagar no montante de R\$ 123.

A informação sobre a exposição da Companhia ao risco de liquidez relacionado a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 21.

14 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2022, a Companhia realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$8.992. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 6,95%. Em 31 de dezembro de 2023 a taxa de desconto passou a ser de 8,66%.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 8.646 (R\$8.992 em 31 de dezembro de 2022), conforme nota explicativa nº 12.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 foi a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	<u>8.992</u>	<u>-</u>
Atualização monetária da provisão de desmobilização	779	-
Reconhecimento inicial	<u>-</u>	<u>8.992</u>
Saldo final	<u><u>9.771</u></u>	<u><u>8.992</u></u>

15 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social autorizado e subscrito da Companhia é de R\$ 471.110 (R\$ 422.169 em 31 de dezembro de 2022), representado por 629.621.921 ações, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela sócia pela sócia Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda., detentora de 100% das ações da Companhia.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 25 de junho de 2023 foi aprovada o aumento de capital no montante de R\$ 48.941. Ao longo de 2023 a Controladora Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda., integralizou totalmente o aumento de capital aprovado. Os saldos de aumento de capital foram realizados mediante transferências bancárias efetuadas ao longo de 2023.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 2022 foi aprovada o aumento de capital no montante de R\$ 267.862. Dos saldos integralizados o montante de R\$ 267.859 via transferência bancária e pagamentos em caixa de contas a pagar da Companhia pela controladora, e o montante de R\$ 3, foi integralizado mediante conversão dos saldos de partes relacionadas provenientes de 2021 da controladora Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda. conforme demonstrado na nota explicativa nº 20 e 23.

b. Reserva Legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou o lucro de R\$5.150. Mediante a este fato, após a compensação dos prejuízos acumulados a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 91.

c. Dividendos

Dividendos mínimos obrigatórios:

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 434 (R\$0 em 2022), conforme demonstrativo abaixo:

	31/12/2023
Prejuízos acumulados	(3.324)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	5.150
Base de cálculo - Reserva Legal	<u>1.826</u>
Reserva legal - 5%	(91)
Base de cálculo - Dividendos mínimos	<u>1.735</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	434

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 434 (R\$0 em 2022).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$1.301. Em 2022 não foram destinados saldos para reserva de retenção de lucros uma vez que foi apurado prejuízo no exercício.

16 Receita operacional líquida

A Companhia gera receita apenas pela venda de energia elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita contrato de energia (ACL) (a)	29.775	2.071
Receita de teste	28	347
Impostos sobre venda	<u>(1.088)</u>	<u>(88)</u>
Total da receita operacional líquida	<u>28.715</u>	<u>2.330</u>

Durante o exercício de 2023, a Companhia gerou 203.042 MWh (37.227 MWh em 2022).

(a) Receita realizada com partes relacionadas conforme nota explicativa nº 20.

13 Custos de operação e despesas gerais e administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custos do serviço de energia elétrica		
Depreciação e amortização	(9.551)	-
Operação e manutenção (d)	(2.801)	(458)
Atualização monetária para desmobilização	(779)	-
Encargo de uso da rede de energia elétrica (c)	(6.737)	(3.983)
Custos compartilhados - partes relacionadas (b)	(257)	(84)
Compromissos ambientais e sociais	(671)	(425)
Custos de locação de terras (a)	60	(429)
Seguros	(1.472)	(474)
Outras	(6)	-
Total	<u>(22.214)</u>	<u>(5.853)</u>

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(49)	(82)
Assessoria e advogados	(98)	(6)
Internet e comunicação	(33)	-
Taxas diversas	(12)	(101)
Despesas com viagens	(31)	-
Despesas e provisões diversas	182	44
Total	<u>(41)</u>	<u>(145)</u>

- a) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- b) Ao longo de 2023 a Companhia dispôs de serviços compartilhados com as demais Companhias do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 20.
- c) Refere-se a custos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão. A obrigatoriedade do custo de encargos de transmissão iniciaram juntamente com a data prevista de início do contrato junto a ONS (Operador Nacional do Sistema), que foi em Abril de 2022, onde o início da geração de energia, iniciou apenas em dezembro de 2022, enquanto a obtenção das autorizações de operação comercial foram completadas apenas em meados de novembro/2022, conforme nota explicativa nº 16.
- d) O aumento no custo de operação e manutenção é resultado dos gastos de manutenção periódica programada, dado que o parque fotovoltaico entrou em operação em meados de novembro/2022.

14 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	248	154
Variação cambial líquida	53	2.033
Total	<u>301</u>	<u>2.187</u>
Despesas financeira		

	2023	2022
Carta de crédito e despesas bancárias	(45)	(2)
Juros sobre arrendamentos	(379)	-
Variação cambial líquida	(63)	(167)
	(487)	(169)
Resultado financeiro, líquido	(186)	2.018

15 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 o montante remanescente a pagar do Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$294 (R\$49 em 31 de dezembro de 2022). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo lucro presumido

Apuração pelo lucro presumido

	2023	2022
Receita bruta (a)	29.803	2.418
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	2.384	193
Presunção da contribuição social – 12% (c)	3.576	290
Demais receitas – (d)	286	163
Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)	2.670	356
Imposto de renda a alíquota de 15%	(401)	(53)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(243)	(12)
Total IRPJ	(644)	(65)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	3.862	453
Contribuição social a alíquota de 9%	(348)	(41)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(991)	(106)
Alíquota efetiva (*)	3%	4%

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e Demais receitas (d).

16 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda. e o controlador final é o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2023 e 2022 não foram fixadas remunerações.

c. Operações com partes relacionadas

	Contas a receber (a)		Contas a pagar (b)		Receitas/(despesas) (c)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<i>(i) Operações intercompany – Nacional</i>						
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda	5.810	2.071	2.610	33.662	29.775	2.071
Atlas do Brasil Comercializadora de Energia Ltda. (*)	-	-	-	-	(193)	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. (*)	-	-	-	16	(64)	(84)
Operação intercompany	5.810	2.071	2.610	33.678	29.518	1.987

- a) Conforme nota explicativa nº 8
- b) Conforme nota explicativa nº 13
- c) Conforme nota explicativa nº 16 e 17

	Contas a receber		Contas a Pagar	
	2023	2022	2023	2022
<i>(ii) Dividendos</i>				
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	434	-
	-	-	434	-

(*) Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia.

17 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2023 - Valor contábil		2022 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.292	40	747	161
Contas a receber	8	-	5.828	-	2.293
Total		3.292	5.868	747	2.454
Passivos					
Fornecedores	13	-	7.454	-	53.720
Outras contas a pagar	13	-	824	-	768
Dividendos a pagar	20	-	434	-	-
Passivo de arrendamento	11	-	3.227	-	4.424
Total		-	11.939	-	58.912

	Nível hierárquico do valor justo	2023 - Valor contábil e valor justo		2022 - Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	3.332	3.332	908	908
Contas a receber	Nível 2	5.828	5.828	2.293	2.293
Total		9.160	9.160	3.201	3.201
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	7.454	7.454	53.720	53.720
Outras contas a pagar	Nível 2	824	824	768	768
Dividendos a pagar	Nível 2	434	434	-	-
Passivo de arrendamento	Nível 2	3.227	3.227	4.424	4.424
Total		11.939	11.939	58.912	58.912

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado;
- Risco cambial e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	3.332	908
Contas a receber	5.828	2.293
Total transações	9.160	3.201

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2023

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 anos ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	8.278	8.278	8.278	-	-	-
Arrendamentos	3.227	64.257	2.424	3.821	7.102	50.910
	11.505	72.535	10.702	3.821	7.102	50.910

31 de dezembro de 2022

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 anos ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	54.488	54.488	54.488	-	-	-
Arrendamentos	4.424	11.974	798	1.197	1.596	8.383
	58.912	66.462	55.286	1.197	1.596	8.383

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco cambial

A Companhia realizou operações usuais de compras no decurso de suas operações, porém em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2023	Cenário Provável 31/12/2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ + (-)25%	Δ + (-) 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (a)	11,87%	9,15%	9,15%	11,44%	13,73%

Índice	Saldos em 31/12/2023	Sensibilidade					
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%	
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	<u>3.292</u>	<u>301</u>	<u>377</u>	<u>452</u>	<u>226</u>	<u>151</u>

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

18 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa das empresas do Grupo Atlas, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

O critério utilizado para a classificação da perda foi o seguinte:

Remoto: de 0% a 29%
Possível: de 30% a 69%
Provável: de 70% a 100%

1.1. Processos cíveis com perda provável

A Companhia Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV possui ação com classificação de perda provável, referente a multa administrativa da ANEEL por atraso na data de operação comercial do projeto Casablanca, que totalizam prováveis perdas no montante de R\$ 123 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como possível.

19 Informações complementares aos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Integralização de capital social	15	-	3
Aquisição de ativo imobilizado	12	(7.454)	(19.813)
Fornecedores	13	7.454	(240.680)
Fornecedores partes relacionadas	13	-	260.490
Provisão para desmobilização	14	-	8.992
Custo para desmobilização	12	-	(8.992)
Atualização de ativo de arrendamento	11	(420)	-
Atualização de passivo de arrendamento	11	420	-
Dividendos a pagar	13	434	-
Distribuição de dividendos	12	(434)	-

20 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028 a 2038</u>	<u>Total</u>
TUST/TUSD (a)	(7.139)	(7.389)	(7.623)	(7.866)	(383.099)	(413.117)
Seguros e garantias (b)	(461)	(481)	(445)	(460)	(20.987)	(22.835)
Contratos de (O&M) (c)	(1.357)	(1.238)	(1.272)	(1.314)	(53.150)	(58.331)
Arrendamento (d)	(1.214)	(1.210)	(1.237)	(1.275)	(59.321)	(64.257)
Outros (e)	(1.798)	(1.373)	(1.801)	(2.418)	(69.758)	(77.148)
Total	(11.970)	(11.692)	(12.378)	(13.333)	(586.316)	(635.688)

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/22 a junho/23) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2022/2023.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

c) Seguros e garantias

A Companhia possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

A Companhia possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

21 Eventos subsequentes

Em 31.12.2023, a Companhia possuía processo administrativo com classificação de perda provável, referente a multa administrativa da ANEEL por atraso na data de operação comercial do projeto Casablanca, que totalizam perdas no montante de R\$ 123 mil. Em reunião de Diretoria da ANEEL, realizada em 05/03/2024, foi indeferido o pedido de reconsideração apresentado pela companhia, com a manutenção da penalidade de multa aplicada.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78